



Anexo 5

Vazios de Escavação - Resíduos inertes não resultantes da extracção

A deposição de **resíduos inertes que não sejam resíduos de extracção**, deve constar do Plano de Lavra aprovado, e cumprir com as medidas gerais descritas as quais incluem a verificação das condições técnicas previstas no regime jurídico da deposição de resíduos inertes em aterro (Anexo1 do Decreto-Lei nº 183/2009 de 10 de Agosto):

1. A deposição dos resíduos deve ser realizada de modo a assegurar a estabilidade da massa de resíduos, nomeadamente no sentido de evitar deslizamentos e ou derrubamentos;
2. Garantir as condições necessárias para evitar a poluição do ar, do solo, das águas subterrâneas e das águas superficiais;
3. Uma caracterização dos resíduos e uma estimativa das quantidades totais de resíduos a utilizar durante a fase de funcionamento;
4. Descrição da operação produtora desses resíduos e de quaisquer tratamentos subsequentes a que os mesmos sejam sujeitos;
5. A identificação dos potenciais riscos da operação;
6. Deve ser prevista a respectiva integração paisagística.
7. Implementação de sistemas de drenagem de águas pluviais;
8. Caso a área de exploração / pedreira ainda não esteja vedada deverá ser colocada uma vedação e um portão durante a deposição no vazio;
9. Criação de uma barreira de proteção passiva (quando necessário);
10. A cobertura final com material terroso deverá ser superior a 1 m de espessura.
11. Planta topográfica e perfis longitudinais e transversais à escala 1:1000;
12. Planta e perfis de enchimento.
13. Garantir a monitorização dos resíduos de extracção nos vazios de escavação em subterrâneo, quando aplicável.

Caso a entidade coordenadora considere necessário, poderá solicitar elementos adicionais.